

4.

Construção de identidade

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, **trincheiras de resistência** e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos... [Grifo nosso].

Manuel Castells, 1999.

4.1.

NEAB's e construção de identidade

Seriam os NEAB's "trincheiras de resistência" nas quais se constroem identidades afrodescendentes novas para a sociedade brasileira? Nossa hipótese é a de que sim: eles podem ser. Sendo assim, uma das contribuições principais que os NEAB's poderiam dar para o enfrentamento do Racismo no Brasil seria a de se constituírem como espaços de inclusão, articulação e capacitação de novas gerações de lideranças afrodescendentes no Brasil. Porém, eles nem sempre são capazes de fazê-lo, como nos sugerem os "fluxos e refluxos" nas histórias das relações internas dos três núcleos que narramos. Entendemos que boa parte das razões para essa limitação decorre do fato desses sub-campos do conhecimento científico existir no interior de instituições de ensino superior que são, elas mesmas, permeadas por tensões sócio-raciais que estão vigentes como estruturas de longa duração na sociedade brasileira da qual fazem parte.

Como nos ensina Bauman (2005), o conceito de identidade é uma entidade abstrata, virtual e sem existência concreta. A identidade possui por definição uma dimensão conflitiva, porém é essencial como ponto de referência para os grupos sociais, já que une a diversidade e permanece na mudança. Podemos entender a presença do conflito na construção das identidades, sugerida por Bauman, a partir do pensamento de Castells, para quem toda construção de identidade implica em disputas de poder (Castells, 1999). Construir identidade para Bauman significa um processo de classificação e reclassificação dos grupos em categorias socialmente construídas a partir de certos elementos culturais, tomados como referência pelo grupo em relação a outro(s) grupo(s) tais como: a língua, religião, rito, raça, nação, símbolos, etc. Dessa maneira, o conceito de identidade, entendido como reconhecimento de pessoas ou grupos sociais, pressupõe inconscientemente a idéia de

alteridade, pois aquele só se constrói a partir desta. E se há um “eu” e um Outro a possibilidade do conflito, ou disputa de poder, já está instalada.

Não haveria sentido para os grupos se identificarem a partir de certos elementos culturais próprios e diferenciados se não houvesse um conjunto de Outros em contraposição, ou seja: **identificar-se** como grupo é **diferenciar-se** em relação a outros grupos. Como decorrência disso, o conceito “identidade” não é algo estático e atemporal, e sim dinâmico e socialmente construído em resposta às necessidades dos grupos em um determinado contexto histórico.

Quando analisamos as entrevistas concedidas pelos três pesquisadores do CEAB, que generosamente atenderam ao nosso convite, os doutores Rosana Heringer, Joselina da Silva e Osmundo Pinho, percebemos a recorrência do tema do conflito sobre agendas de ação e ênfases temáticas. As disputas mencionadas revelam uma permanente diferença política interna na interpretação do papel do CEAB, no que se refere à sua contribuição na formação das identidades afrodescendentes no Brasil. Os três pesquisadores coincidem nas suas percepções e desconforto com a permanência, ainda que sutil, de mecanismos de evitamento do tema do Racismo ou da interpretação da sociedade brasileira como democrática do ponto de vista racial. Sobre esse aspecto, a professora Joselina da Silva tem uma das falas mais contundentes, por sua objetividade em relação ao assunto:

... esta academia tem contribuído muito pouco para que essa questão esteja no patamar que está hoje (...) Essa academia brasileira hoje ainda é uma academia neofreiriana. A academia brasileira ainda acredita nos conceitos como, por exemplo, a democracia racial (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

Expressando a mesma inconformidade, porém com ênfase no fazer cotidiano dos NEAB's e suas amarras, a professora Rosana Heringer diz:

O que eu acho é que o tema das relações raciais sempre teve pouca importância no mundo acadêmico de forma geral. Por isso a gente conta nos dedos os núcleos que tem no Brasil, ou que tiveram da década de 70 para cá. Hoje em dia aumentou, mas ainda tem muito mais universidades públicas e privadas que não têm núcleos de estudos afro-brasileiros do que as que têm. Eu acho que [os núcleos] têm vários papéis importantes. Um é trazer a temática para o debate dentro da universidade. Você fica lá cutucando, lembrando, fazendo evento, tentando articular com os alunos. Fazer o papel de trazer o tema a público e não deixar as pessoas se acomodarem e não pensarem na discriminação. O outro é o papel de extensão, de trabalho junto com as organizações, junto com os movimentos sociais, junto com o movimento negro (...) com isso a gente acabava sendo um ator político, embora tenha que ter muito cuidado com isso. A gente se desqualificava como acadêmico (...) eu já fui criticada por isso, porque eu sempre tive uma atuação colada com as ONG's, com a

sociedade civil (...) Minha formação foi assim (...) eu não consigo separar isso... (Dra. Rosana Heringer, diretora e pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2006).

Ao ser questionado sobre a relação do CEAB com os movimentos sociais negros e o seu papel na construção das identidades afrodescendentes no Brasil, o professor Osmundo Pinho responde:

O CEAB não abre mão de ser um centro de pesquisas acadêmico, de formar pesquisadores. Mas, também achava importante ter uma atuação pública no debate político sobre as relações raciais e também ter uma interlocução com ativistas dos movimentos sociais negros. (Osmundo Pinho, pesquisador do CEAB. Entrevista, 2005).

Embora sutil a diferença de ênfase, sugerida pela distância que existe entre “não abre mão” e “achar importante”, é bastante reveladora das tensões que estamos buscando ilustrar.

As disputas de poder que giraram em torno das sucessões de diretoria no CEAB e da editoria da revista **Estudos Afro-Asiáticos** eram também, e talvez principalmente, disputas pela manutenção da hegemonia de certas interpretações, pois, para a professora Joselina da Silva, aqueles que estudavam África na década de 1970 possuíam uma posição ambígua com relação aos afrodescendentes do Brasil.

Não podemos perder de vista o seguinte: como nascem os centros de estudos da década de setenta? Na verdade, o interesse era estudar África. Os pesquisadores estavam interessados em estudar África. A revolução que Hasenbalg traz é olhar para o Brasil. Porque fica fácil você dizer que tem racismo na África. O fato de você estudar África não faz de você menos neofreiriano e muito pelo contrário em alguns momentos (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

É importante lembrar que os três pesquisadores do CEAB entrevistados fazem parte de uma geração de profissionais do centro que procuravam novas interpretações sobre as relações raciais brasileiras, todos eles trilhando o caminho aberto por Hasenbalg. Embora isso não signifique que todos tenham as mesmas opiniões ou posturas pessoais, eles certamente compartilham alguns pressupostos relevantes, tais como: a convicção de que a democracia racial brasileira seja um mito; a preocupação com a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos na sociedade brasileira e o entendimento da importância política dos núcleos de estudos como os NEAB's.

Além disso, e apesar de compreender essa importância, está claro também que essa geração de profissionais pode discriminar com clareza o papel da universidade e as atribuições e prerrogativas das entidades dos movimentos sociais negros, como deixou

claro a doutora Joselina da Silva: “tem que fazer pesquisa isenta (...) cada um tem seu lugar” (Entrevista, 2005).

Por outro lado, a “interlocução com ativistas do movimento negro” que importa para os NEAB’s, como apontou o doutor Osmundo Pinho (2005) não se dá sem ônus profissionais para os seus membros, como já havia revelado a doutora Rosana Heringer ao dizer: “com isso a gente acabava sendo um ator político (...) A gente se desqualificava como acadêmico” (2006), no contexto de fluxos e refluxos do trabalho dos NEAB’s.

Ao interpretar essa “desqualificação acadêmica” a que estão sujeitos os pesquisadores que articulam reflexão e ação (extensão) sobre a questão racial no Brasil, a doutora Joselina da Silva vai mais além e revela com clareza os “limites” dos NEAB’s aos quais estamos nos referindo.

Mas vamos pensar: o pesquisador é um militante. Por exemplo, os grandes temas da economia: os grandes economistas que defendem a economia global são militantes. O que acontece com as questões raciais é que você vai ter um grupo de pesquisadores que opta por esse lugar, sejam eles brancos, negros, azuis, amarelos ou cor de abóbora, eles serão colocados em certo gueto. Não é à toa que você vai ter pesquisadores que atuam nessa área e em outras áreas. Porque é realmente escolher um lugar de menor prestígio dentro da universidade, independente da origem étnica e social do pesquisador (Dra. Joselina da Silva, pesquisadora do CEAB. Entrevista, 2005).

Mais uma vez aparece a palavra “gueto”, dessa vez associada à idéia de “menor prestígio” acadêmico. O gueto aqui é claramente apresentado como uma “trincheira de resistência”. A idéia de uma hierarquização de posições de prestígio no interior da universidade, formando guetos que são trincheiras, remete outra vez ao tema das disputas de poder, que por sua vez estão diretamente ligadas à construção de identidades. Além disso, embora muitas “cores” estejam mencionadas na fala da entrevistada, a palavra “gueto” no imaginário social brasileiro remete diretamente à identidade afrodescendente, sobre a qual ela está falando, ocupando um locus de segregação e menor valor. Por todas essas razões, acreditamos que o pano de fundo das falas anteriores é o da consciência do racismo acadêmico, sobre o qual falaremos mais adiante.

A articulação entre reflexão e ação, ou seja, entre as perspectivas da academia e da militância e suas decorrentes tensões, são mencionadas nas respostas das três pesquisadoras do NIREMA, que gentilmente aceitaram nos conceder entrevistas, as doutoras Ângela R. Paiva, Denise P. R. da Fonseca e Elielma Machado.

Uma possibilidade de visibilização dessa articulação entre vida acadêmica e militância tem a ver com a obtenção de recursos para a construção e manutenção dos NEAB's. Todos sabem que, na vida acadêmica, a obtenção de financiamento para pesquisa implica, necessariamente, credibilidade científica ou capital social dos pesquisadores, quando não as duas coisas juntas. Dessa maneira, os pesquisadores dos NEAB's de alguma maneira são militantes, mesmo que eles não estejam diretamente vinculados à alguma instância dos movimentos sociais negros. Não resta dúvida de que os pesquisadores que se envolvem nos NEAB's o fazem por possuir uma história anterior de trabalho na área, um engajamento com o tema das questões raciais no Brasil que, por estar tão carregada de agendas políticas, demanda uma adesão de tipo militante. Talvez decorra dessa realidade a “guetificação” apontada anteriormente. A história de construção e consolidação do NIREMA, narrada anteriormente, está repleta desses exemplos.

Esse é um outro dado da questão negra (...) hoje todo mundo entende como importante e relevante (...) ninguém tem dinheiro para essa questão (...) que é uma forma de desmobilizar... (Dra. Denise Fonseca, pesquisadora do NIREMA. Entrevista, 2005).

O uso da expressão “um outro dado” é um indicador poderoso de que, em se tratando da questão das relações raciais, persistem e coexistem vários fatores que se somam para manter certo *status quo*, no caso, algo que precisa ser “desmobilizado”, ou seja: a força política dos movimentos sociais negros, que pode ser enfraquecida se mantida em estado de inanição pela falta de “dinheiro”. Posto que a entrevistada estivesse falando sobre o universo acadêmico, a consciência da disputa de poder está claramente subentendida e a natureza militante da fala é inquestionável.

Nesse universo de disputas de poder, as dificuldades de financiamento para as pesquisas e demais atividades dos NEAB's se somam aos entraves internos das universidades para a legitimação dos núcleos. No caso da PUC-Rio, a resistência inicial dos estudantes articulados com as militâncias sociais negras em aceitar o NIREMA é uma evidência concreta desse aspecto. Percebemos claramente essa tensão a partir da relação que se estabeleceu entre o grupo de professores que trabalhava para construir o núcleo e os alunos que já se encontravam organizados em um núcleo estudantil de consciência negra. Essa outra vertente de disputa de poder na construção da identidade afrodescendente estava determinada por uma busca dos estudantes negros da universidade por atuarem como

sujeitos das suas próprias histórias e se expressava sob a forma da “legitimidade” da cor. Sobre a recusa de participação desses estudantes no NIREMA, a diretora do núcleo comentou:

... quanto aos alunos, eu acho isso vem por si só (...) alguns alunos daqui, os mais radicais, não vêem o núcleo com bons olhos (...) uma questão ideológica. Por exemplo, o fato de eu ser branca não me legitima estar em um núcleo afrodescendente (...) eles têm um ponto... (Dra. Ângela Paiva, diretora e pesquisadora do NIREMA. Entrevista, 2005).

Porém, essa “questão ideológica” a que aludiu a entrevistada não é uma via de mão única no Brasil. Em uma sociedade na qual o negro historicamente não teve acesso à posição de prestígio, não deveria surpreender o radicalismo de alguns dos estudantes negros. Para eles, persistia o risco de que o núcleo atuasse não como um verdadeiro e inovador centro de reflexão e memória, mas sim como um espaço no qual a visão preconceituosa do branco sobre o negro pudesse se reproduzir. O caráter de estrutura de longa duração tem conferido ao Racismo no Brasil essa permanente possibilidade, independente das boas intenções acadêmicas dos pesquisadores.

As entrevistas com os participantes do NIREMA revelaram também um outro aspecto muito relevante na constituição de um NEAB no interior de uma universidade, qual seja, o da confluência de interesses internos e externos a universidade. Na PUC-Rio, a fundação do NEAB só foi possível devido à confluência de interesses de vários atores sociais, tais como: os corpos docente e discente da universidade, somados a algumas agências de representação do governo americano no Brasil. Quando mencionamos o corpo discente, pode parecer um paradoxo, na medida em que a discussão anterior justamente tratava sobre a tensão entre o grupo de professores que trabalhou para constituir o núcleo e os membros do núcleo estudantil de consciência negra. Vale lembrar que esse último, embora do ponto de vista do seu conteúdo fosse de grande importância para a universidade, numericamente estava composto por menos de dois por cento dos estudantes afrodescendentes da universidade, que por sua vez não ultrapassava cinco por cento do corpo discente da PUC-Rio.

Se olharmos retrospectivamente, pode-se dizer que a PUC-Rio foi a primeira universidade brasileira a adotar uma política de ações afirmativas através do estabelecimento de uma parceria com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, PVNC, em 1994.

... nós já tínhamos nesse momento [2003] em torno de 400 a 500 estudantes afrodescendentes na PUC e uma história de dez anos de ação afirmativa sendo realizada sem saber que era ação afirmativa. A gente achava que era apenas a missão de uma universidade católica ser inclusiva. E muito embora, a gente achasse que o que a gente estava fazendo em termos de ação social era inclusão de um segmento pobre da população brasileira, e a gente achava que isso definia o segmento, a observação mostrou que era um segmento pobre e negro. E quando isso começou a ser tangível, observável, numérico física e culturalmente dentro da universidade, a questão racial começou a aparecer com muito mais tangibilidade, com muito mais momento... (Dra. Denise Fonseca, pesquisadora do NIREMA. Entrevista, 2005).

Está claro na fala da entrevistada que a própria universidade não concebeu esse projeto como uma política de ação afirmativa e sim como uma política de inclusão social. Todavia, podemos relembrar a análise de Rosana Heringer (Heringer, 2001), quando ela própria nos fala que podemos perceber ações que poderiam ser classificadas como políticas de ação afirmativa mesmo sem o uso dessa nomenclatura. Tendo sido concebida como tal, ou não, ao implementar uma política de ação afirmativa, a universidade em menos de uma década se viu forçada a buscar ferramentas para lidar com as relações raciais e é nesse contexto que ela se tornou uma parceira desejável para as instituições americanas interessadas no assunto.

Por último, no que se refere ao tema da construção de uma identidade afrodescendente e as inevitáveis tensões que esse esforço demanda, as entrevistas e nossas experiências pessoais na construção do NIREMA mostraram que, ao mesmo tempo em que pautar a questão negra interessava na PUC-Rio em 2003, era tangível o incômodo que isso despertava. De um lado, esse mal-estar se explicava pela limitação institucional de acúmulo acadêmico sobre o tema e, por outro lado, pelas resistências político-sociais e disputas de poder de diversas ordens que se tiveram que enfrentar, tais como: dos estudantes negros militantes, por se sentirem expropriados de um tema que lhes “pertencia”; dos estudantes afrodescendentes que preferiam “evitar” essa discussão; de muitos alunos e professores que consideravam essa questão sem relevância científica e de professores que preferiam continuar enfatizando o tema das desigualdades sociais, submetendo a questão racial a essa temática; para não falar do acúmulo de experiências conflitivas e dolorosas que compartilhavam todos aqueles que tinham alguma história para contar em termos de relações raciais. A entrevista com a diretora do NIREMA, Ângela R. Paiva (2005) aponta claramente para uma das faces visíveis desse incômodo e chama a atenção pela sua

coragem de falar sobre o tema. É bom lembrar que nossas percepções decorrem do lócus de onde nos enunciamos e que, no Brasil, a imensa maioria dos professores e estudantes universitários é branca, de classe média ou média alta e, nesta condição, raramente se depara com o Racismo, salvo em pesquisas acadêmicas.

Em resumo, o que buscamos enfatizar é que um núcleo, como o NIREMA, além de lutar por um espaço de existência na universidade como um todo, também precisa lidar com os seus conflitos internos, inerentes à própria constituição do objeto. Refletir sobre memória é também lutar contra certas lembranças: as estruturas de longa duração que teimosamente persistem na sociedade brasileira, entre elas, a do Racismo.

A memória afrodescendente, que é o objeto central dos NEAB's, é por definição um complexo campo de disputas porque por remeter à construção de identidades, segundo Bauman (2005), tem no conflito o seu fazer natural. Em todas as entrevistas que realizamos, esse aspecto de disputa de poder foi perceptível, embora os entrevistados não tenham falado explicitamente em construção de identidade.

Os NEAB's definitivamente podem atuar como espaços para a construção de uma identidade negra, porém, para isso eles invariavelmente terão que encontrar mecanismos de gestão de seus conflitos intrínsecos, pois eles se constituem em um processo de alteridade, de um território negro no interior de uma universidade que é, historicamente, branca e de elite.